
Oliveira & Irmão, SA

Sede social na Variante da Cidade, Esgueira, Aveiro
Matriculada na C.R.C. de Aveiro com o n.º 500 578 737
Capital Social de 10.000.000 euros
Pessoa coletiva n.º 500 578 737

Relatório Anual 2012



Índice

I.	Mensagem do Presidente.....	3
II.	Relatório do Conselho de Administração – contas individuais	4
1.	Envolvente económica e desempenho	4
2.	Evolução da atividade	7
3.	Estratégia e Evolução Futura	9
4.	Análise económica e financeira	11
5.	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	14
6.	Capital humano	15
7.	Proposta de aplicação de resultados	17
8.	Proposta de comparticipação nos lucros	17
9.	Política de Dividendos	17
10.	Sector Público Estatal.....	18
11.	Agradecimentos	18
III.	Demonstrações financeiras individuais.....	20
IV.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – contas individuais	48
V.	Certificação Legal de Contas – contas individuais.....	49
VI.	Relatório do Conselho de Administração – contas consolidadas.....	51
VII.	Demonstrações financeiras consolidadas	56
VIII.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – contas consolidadas.....	76
IX.	Certificação Legal de Contas – contas consolidadas	77

Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2012, o Relatório de Gestão da sociedade Oliveira & Irmão, SA, com sede na Variante da Cidade, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10.000.000 euros, a que correspondem 2.000.000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.

I. Mensagem do Presidente

Sobre o País:

Confessados (e assumidos com arrependimento) os pecados capitais (luxúria, inveja, preguiça, etc.), pecados estes que, noutras paragens são apenas veniais (se não mesmo virtudes!!!), em que persistimos durante anos, aceitámos, com humildade, a condenação a 3 anos de purgatório, na esperança que, depois dessa exemplar expiação, os deuses nos permitissem voltar à vida decente e equilibrada a que qualquer país integrante da maior economia do planeta aspira com naturalidade e direito próprios.

Afinal, parece, ou os deuses estavam errados, ou os sacerdotes interpretaram mal o oráculo, ou não passavam de meros aprendizes de feiticeiros! Depois de 3 anos de purgatório teremos não sabemos bem o quê, mas o retorno à vida afigura-se difícil e longínquo, se não mesmo impossível, em tempo útil!

Entre a indefinição e incompetência que impera nos poderes eleitos e a avareza (para continuarmos nos pecados capitais) dos "mercados" o País vai (des)evoluindo sem rumo reconhecível como tal. O desejado equilíbrio (perdido) não vai, afinal, ser reencontrado tão cedo!

Sobre a empresa:

Os tempos são de equilíbrio, entre os esforços para reduzir o endividamento bancário e os esforços para diminuir a dependência, em termos de vendas, da Europa e mais ainda da zona Euro.

Sobre a vida:

Por fim, e sempre a propósito dos equilíbrios, uma inevitável referência à minha mãe, que nos deixou em Novembro, de quem guardamos uma excelente imagem de serenidade e equilíbrio!

António Oliveira

II. Relatório do Conselho de Administração – contas individuais

1. Envolvente económica e desempenho

a) Análise de 2012

O ano de 2012 ficou um pouco aquém das expectativas. A Europa, onde continuamos a colocar a grande maioria das nossas vendas (e dentro da Europa, principalmente na zona Euro), continua a braços com as consequências dos planos de austeridade que derivam das terapias adoptadas para resolução da crise das dívidas soberanas. Os países do Sul, em particular, estão a enfrentar dificuldades e consequente contracção das suas economias. Se atentarmos ao facto de termos mais de metade das vendas na Europa do Sul (incluindo França) facilmente percebemos a influência destas circunstâncias no desempenho da empresa.

Mantivemos o nosso esforço e determinação para alterar a tradicional distribuição geográfica das nossas vendas fora da Europa, mas estas ainda têm uma expressão pequena (cerca de 13% do total) e o aumento destas não chegou para compensar a diminuição das vendas na Europa. Relativamente a Portugal, a evolução dos indicadores macroeconómicos teve consequências graves no desempenho da empresa. Por fim, fora da Europa, sendo positivo o ambiente macro da maioria dos países onde vendemos, não conseguimos ainda capitalizar isso de forma significativa.

Mercado Interno

A economia nacional continuou o processo de "correção" que deriva da aplicação do "plano de resgate" de meados de 2011, com as conhecidas consequências a nível da microeconomia, com inevitáveis consequências a nível da vida da empresa (que vão além da evolução das vendas).

A degradação da economia nacional, o aumento do desemprego, a quebra das remunerações e o generalizado aumento de impostos são pouco quando comparados com a perda de "bens" intangíveis e a perda de confiança e de esperança de grandes franjas da nossa sociedade que vê esfumar-se o futuro e vê erodir o presente. Tudo isto corrói o mercado interno e afeta a economia nacional e a atividade da empresa!

Mercado Externo

A economia europeia viveu todo o ano a lidar (mal) com os problemas da periferia e do Sul e, sobretudo depois de Agosto, houve um ligeiro abrandamento da atividade económica nos sectores a jusante da nossa atividade, em vários países. Esta acalmia na Europa levou os nossos concorrentes a, tal como nós, procurar reorientar as vendas para zonas fora da Europa, sentindo por isso uma concorrência acima do habitual.

Se os problemas e indefinições na Europa persistirem, as outras regiões acabarão por ser afetadas, o que dificultará mais o nosso esforço de diversificação geográfica das vendas.

b) Conclusão e resumo dos principais dados económicos do exercício

As condicionantes acima influenciaram o desempenho da empresa.

As vendas globais atingiram o valor de 43 315 734 euros o que representa uma pequena descida de 0,4% face ao ano anterior. Analisando a divisão entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno: diminuição de 5,3%
- Mercado externo: crescimento de 1,5%

Por atividades, a desagregação das vendas totais é a refletida no quadro seguinte:

- A atividade industrial representou 75,7% das vendas
- A atividade comercial representou 20,7% das vendas
- A atividade imobiliária representou 3,5% das vendas

Em termos de rentabilidade observamos uma forte diminuição, tendo o resultado líquido ficado em 480 539 euros. Este resultado é consequência dos seguintes fatores principais:

- Resultados negativos das participadas Soplasnor e Nuno & Gradeço que, respetivamente, se encontram com a atividade suspensa e em liquidação. Todavia é nossa convicção de que em anos futuros este impacto será cada vez mais reduzido uma vez que as principais imparidades e menos valias estão registadas.
- Estagnação do volume de vendas (e consequente subutilização da capacidade produtiva).
- Diminuição da margem bruta devido ao aumento das matérias-primas.
- Aumento dos chamados custos de contexto, com especial relevância para os transportes, combustíveis, eletricidade e juros de financiamento.
- Contenção de custos de todos os géneros.
- Contínua reorganização dos processos internos.

c) Perspetivas de evolução para 2013

Mercado Interno

Dado o atual momento da economia nacional (e em particular o mau momento da indústria da construção) achamos que o mercado vai continuar a encolher. Por um lado, a construção nova vai continuar em níveis muito baixos e por aí não veremos crescer o mercado.

Por outro lado, as medidas anunciadas para favorecer a reabilitação, se de facto forem implementadas, terão, por ora, um efeito marginal. De facto, para além de condicionalismos e especificidades de várias ordens, há que recuperar a confiança dos vários agentes intervenientes na desejada dinamização deste mercado, havendo ainda necessidade de se assegurar a mudança de paradigmas sociais, políticos e judiciais ligados ao mercado de arrendamento.

Não bastará (se isso acontecer!) "deitar dinheiro" para cima da reabilitação, é necessário estabilidade e, sobretudo, confiança política, económica, fiscal e judicial, o que pode demorar anos a conseguir. Estamos, cremos, ainda longe de conseguir esses objetivos. Claro que a alteração dos "padrões" da estratégia dos bancos, que passaram a dificultar a compra de habitação própria, poderá, de facto, acelerar a transformação de mentalidades, favorecendo o arrendamento e, por essa via, acabando a favorecer a reabilitação!

Como a somar a estas questões de dimensão do mercado teremos naturais problemas de liquidez, o mercado, no seu todo, vai encolher!

Procuraremos encontrar e implementar medidas que nos permitam minimizar os efeitos desta conjuntura e tentar segurar o volume de negócios.

Mercado Externo

A nossa expectativa é de aumento moderado do valor das vendas, pois vamos tentar implementar diversas medidas que nos permitam, por um lado entrar em novos mercados, por outro lado ganhar quota de mercado onde já estamos. Tentaremos melhorar o nosso serviço e aprofundar as parcerias com os clientes, dando uma maior ênfase à função marketing e uma maior preocupação com a função Design (numa vertente alargada e sistémica).

Na Europa, apesar do abrandamento da economia, tentaremos implementar algumas medidas que nos permitam uma melhor cobertura do mercado e consequente aumento de quota em alguns países onde estamos longe do potencial de vendas possível no atual momento.

Neste esforço, de aumento de penetração e ganho de quota de mercado, incluiremos os países de Leste, onde continuamos a procurar adequar melhor a logística e as soluções comerciais e onde achamos haver espaço para aumentar, consideravelmente, as nossas vendas. Merecerá particular atenção a Rússia onde esperamos ter em breve uma estrutura comercial e logística melhor adequada à dimensão daquele mercado.

Fora da Europa, vamos continuar a nossa política de diversificação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de quota nos mercados atuais, procurando um crescimento sustentado que perdure para lá do ano de 2013!

Continuaremos a dar particular atenção ao Médio Oriente e à América do Sul, quer por serem zonas onde o crescimento económico é interessante, quer por serem zonas em que temos uma quota de mercado ainda relativamente baixa, e por isso haver um interessante potencial de crescimento!

2. Evolução da atividade

a) Análise do Exercício de 2012

Distribuição nacional e PALOP's

As vendas deste processo (que incluem as vendas em Portugal e nos PALOP's das mercadorias que compramos e dos produtos que fabricamos e que representam 21% do total das vendas da empresa) apresentaram, em 2012, uma quebra de 15% relativamente aos valores de 2011 (que por sua vez já tinham caído 10% em relação ao ano anterior).

Analisando a desagregação por famílias, verificamos uma diminuição das vendas dos produtos importados em 20,8%. No que toca à venda de produtos fabricados, houve uma diminuição de 12,5%, com maior incidência nos autoclismos interiores (mais vocacionados para a construção nova). A atividade comercial pura (compra e venda) continua a perder peso na atividade total da empresa, representando agora menos de 10% da atividade total.

As vendas nos PALOP's tiveram uma evolução positiva, com um crescimento de 33%, devido ao melhor desempenho de Angola. O peso das vendas nos PALOP's tem vindo a aumentar, sendo por aqui, cremos, que a sustentabilidade do negócio comercial (tal como está desenhado atualmente) poderá ser assegurada. Será, no entanto, necessário proceder a substanciais mudanças na nossa maneira de atuar. Algumas destas mudanças estão já a ser implementadas com resultados encorajadores!

Exportação e vendas a cerâmicas nacionais

As vendas deste processo tiveram um crescimento quase nulo (0,8%), mais uma vez abaixo das nossas previsões e expectativas avançadas há um ano. Se a política de diversificação geográfica começou a dar alguns frutos, estes foram insuficientes para superar a quebra de vendas em alguns mercados europeus.

Exportação

As exportações de produtos industriais apresentaram um ligeiríssimo crescimento de 1,5%. As vendas de autoclismos interiores e estruturas mantiveram-se ao nível do ano anterior. As vendas de autoclismos exteriores subiram ligeiramente. As vendas de componentes para autoclismos diminuiram (sobretudo em valor).

Em termos de margem bruta houve uma ligeira diminuição devido à subida do custo médio das matérias-primas que não conseguimos passar para o mercado. De registar o aumento de agressividade da generalidade dos nossos concorrentes europeus e a intensificação da concorrência chinesa!

Vendas a cerâmicas nacionais

A evolução do mercado na sua globalidade e as perturbações ocorridas num dos clientes levou a que as vendas experimentassem apenas um ligeiro aumento de 0,8%.

b) Perspetivas da atividade empresarial para 2013

Atividade Comercial (Mercado Nacional e PALOP's)

Mercado Nacional

Como já acima referido, a degradação da economia interna vai, inevitavelmente, provocar a confirmação do abrandamento da atividade económica em geral.

No que toca à construção, sobretudo a construção para habitação, devido aos condicionalismos conjunturais que todos conhecemos, só podemos esperar um ainda maior abrandamento com a conseqüente diminuição e degradação do negócio nos agentes económicos a jusante da nossa atividade.

PALOP's

Continuaremos, como no exercício findo, a procurar intensificar a nossa atividade nestes mercados de modo a, não só conseguirmos mais vendas, como a melhorar a nossa presença nestes mercados, com a implementação de algumas novas parcerias e novas abordagens. Os resultados iniciais parecem encorajadores e julgamos estar no bom caminho.

Achamos que o equilíbrio da nossa atividade comercial passará obrigatoriamente por um reforço das nossas vendas nos PALOP's. Aumentaremos o nosso esforço comercial em Angola e tentaremos uma abordagem diferente ao mercado de Moçambique, dado o crescimento que este país experimenta atualmente.

Contamos assim que a atividade comercial inverta a tendência de queda que vem experimentando nos últimos anos, mas essa inversão acontecerá pela melhoria do nosso desempenho nos mercados dos PALOP's, por via de uma maior e mais conseqüente aposta na reformulação das vendas nos PALOP's cujo crescimento deverá, esperamos, compensar a queda no mercado nacional.

Atividade Industrial

Mercado Interno

A evolução negativa da economia terá inevitáveis conseqüências no desempenho dos nossos clientes, pelo que as vendas não poderão crescer.

Mercado Externos

As vendas de autoclismos exteriores deverão aumentar devido ao aumento de quota de mercado que estamos a conseguir em alguns dos mercados tradicionalmente consumidores deste tipo de produtos. O aumento dos custos das matérias-primas que se vem verificando poderá trazer-nos alguns problemas em termos de margem. Contamos, porém, conseguir um aumento em quantidades e, de algum modo, conseguir repercutir o efeito da subida das matérias-primas.

Nos autoclismos interiores e apesar de ser este um produto de crescimento potencial, continuamos a enfrentar algumas dificuldades de crescimento que esperamos conseguir ultrapassar em 2013. Contamos aumentar as vendas, sobretudo pelo melhor desempenho junto dos atuais principais clientes desta família de produtos e na sequência do esforço comercial e industrial que tem sido feito nestes casos.

Nos componentes para autoclismos o mercado principalmente na indústria cerâmica é cada vez mais disputado, seja pelos fabricantes europeus, seja pelos fabricantes chineses. A conseqüência tem sido uma contínua diminuição de margem e não temos conseguido aumentar as quantidades vendidas. Estamos a negociar algumas novas parcerias e contratos que, esperamos, nos devem trazer um maior volume de negócios e, sobretudo, uma maior estabilidade produtiva.

3. Estratégia e Evolução Futura

Em termos de produtos e mercados, a nossa estratégia passa por procurar otimizar todos os fatores que permitam melhorar o nosso relacionamento com os clientes em geral e, muito em particular, consolidar as parcerias com os clientes industriais. Este labor tem de ser conseguido de

uma forma leve e competitiva, flexível, eficaz e rápida, de modo a que, permanentemente, consigamos responder às necessidades e exigências de clientes e mercados.

Em termos organizacionais continuamos à procura da fórmula ideal, que nos permita versatilidade, competitividade e (boas) soluções adequadas a cada caso e a cada cliente. Continuamos assim, por um lado, a procurar “mexer” nos processos de IDI, de modo a que sejam mais produtivos (queremos mais e melhores ideias e soluções), por outro lado, esses resultados têm de ser conseguidos com maior produtividade e rapidez (e com custos organizacionais relativamente baixos). Estamos a desenvolver um esforço acrescido na melhoria dos processos de desenvolvimento de modo a otimizar todo o processo de IDI e subsequente industrialização.

No chão de fábrica, continuamos, no seguimento do trabalho dos anos anteriores, a procurar otimizar os processos e métodos de produção, procurando uma maior flexibilidade e rapidez de resposta, a par com uma estrutura de custos (diretos e indiretos) significativamente mais leve.

Em termos financeiros continuaremos a privilegiar a redução do endividamento.

Não necessitando de investimentos em capacidade produtiva, procuraremos investir (mais energia e inteligência, que não dinheiro) na optimização dos nossos processos. Em termos de novos produtos procuraremos melhorar as opções, tentando ser mais seletivos e eficazes na escolha dos investimentos produtivos, para que tenham maior e mais rápido retorno procurando, sempre que possível, privilegiar a estabilidade e sustentabilidade da produção.

Em termos de negócio, dividindo por atividades, temos:

Atividade Comercial

A confirmação da contração do mercado nacional obriga-nos a repensar o enquadramento geográfico e estratégico do nosso negócio e procurar reencontrar o equilíbrio da organização. Este reequilíbrio passa, como já referimos, por um reforço (e reformulação) da atividade nos PALOP's, estando já em curso, algumas novas parcerias que nos permitem ajudar a contornar as dificuldades nestes mercados.

Contamos, este ano, deixar de ver diminuir as vendas da atividade comercial, mas isso só será possível se conseguirmos esta mudança estratégica.

Atividade Industrial

Está em curso uma profunda reformulação da nossa atuação comercial da vertente exportação. A recente evolução dos mercados impõe-nos uma mudança de métodos de trabalho, de segmentação de mercados e clientes, de modo a conseguirmos crescer nos mercados em que já estamos e a melhorar a nossa capacidade para entrar, com novos métodos e parcerias, nalguns

mercados com elevado potencial, mas em que não vínhamos conseguindo uma presença satisfatória.

A par com esta mudança queremos ainda melhorar a nossa oferta de produtos, procurando adequar melhor as soluções a cada situação, investindo mais na diferenciação e diversificação, de modo a, em cada mercado e para cada cliente, tenhamos a mais adequada proposta de valor.

Queremos ainda reforçar a marca OLI e criar condições para que as vendas de produtos com a nossa marca (pouco expressivas na nossa faturação) cresçam e assumam uma expressão e notoriedade que ajude à maior sustentabilidade, a prazo, da organização!

Assim, daremos uma nova dimensão à função Marketing que, em sintonia com a função Design e Comunicação, nos deverão facilitar, não só o aumento de vendas, mas também o aumento de margem ao conseguirmos, por parte dos mercados, uma melhor percepção do valor e sentido dos nossos produtos!

4. Análise económica e financeira

Margens de comercialização e Custos

Como já foi referido o volume de negócios da Oliveira & Irmão registou uma queda de 0,4% em 2012, resultado da quebra de vendas de 5,3% no mercado interno e do aumento de 1,5% no mercado externo. Em termos de margem bruta registou-se uma quebra de 0,9 pontos percentuais (de 47,8% em 2011 para 46,9% em 2012), fruto do maior peso que a atividade imobiliária teve no volume de vendas (0,8% em 2011 para 3,5% em 2012), uma vez que as margens brutas libertadas pelas atividades industrial e comercial até tiveram um ligeiro aumento de 0,4 pontos percentuais. Todavia, e em termos absolutos, devido à quebra das vendas, a margem bruta registou uma quebra de 478 691 euros.

Do lado dos custos assistimos a uma subida generalizada dos denominados custos de contexto, nomeadamente eletricidade, combustíveis, transportes de mercadorias e juros de financiamento, que no seu conjunto tiveram um aumento médio de 15%. Em face desta subida, de alguma forma já antecipada, a empresa desencadeou um conjunto de ações com vista a mitigar o seu impacto. Na área da energia deu-se continuidade ao plano de racionalização energética com vista a diminuir os consumos de energia em todo o processo produtivo. Na área dos transportes procuraram-se não só novos fornecedores mais competitivos, mas também novas formas de transporte, como é o caso do transporte intermodal, com vista a conseguir mais competitividade nesta rubrica. Em termos genéricos o controlo rigoroso de todos custos foi uma constante ao longo do ano por forma a procurar equilibrar a menor margem de comercialização e o aumento dos

custos. No seu conjunto os gastos da empresa (excluindo os custos das matérias-primas consumidas e mercadorias vendidas) tiveram uma subida de 949 946 euros, correspondentes a um aumento de 4,6%.

Esta realidade de descida da margem bruta, conjugada com a subida de custos originou uma quebra no EBITDA de 1 055 399 euros, correspondente a -18% face a 2011.

Rubrica	2011	2012
EBITDA	5 715 779	4 660 380
EBITDA / VENDAS	13,1%	10,8%

Capital investido

Dada a descida na rentabilidade e, conseqüentemente, nos meios libertos, foi mantido um controlo muito grande das rubricas do fundo de maneo e do investimento em ativo fixo. As necessidades de fundo de maneo registaram uma quebra de 1 239 283 euros fruto essencialmente da diminuição dos stocks.

Do lado do investimento em ativo fixo foi desenvolvido um plano de investimentos, num total de 2 952 108 euros orientado para o desenvolvimento de novos produtos e para a eficiência produtiva, incluindo a vertente energética, nomeadamente investindo em equipamento produtivo mais moderno e de maior capacidade. O investimento em moldes ascendeu a 890 544 euros (30% do total) e o investimento em equipamento produtivo ascendeu a 1 037 166 euros (35% do total). Neste âmbito foram ainda desenvolvidas um conjunto de obras nas zonas administrativas e produtivas com vista a dotar a empresa de melhores condições de trabalho, destacando-se a criação de um showroom para demonstração dos produtos fabricados e comercializados, antecipando um maior cuidado com novas preocupações em termos comerciais e de marketing.

De referir ainda neste ponto do investimento, que a empresa se candidatou em Abril de 2012 ao programa de incentivos SI Inovação, com um programa de investimentos a executar em 2 anos, num total de cerca de 4 000 000 euros. Este programa abrange o desenvolvimento de novos produtos, a aquisição de novos equipamentos produtivos e despesas com a internacionalização e lançamento destes novos produtos. A candidatura foi aprovada já perto do fim do ano de 2012, sendo que do total previsto foram executados em 2012, 1 080 105 euros.

Ao nível da autonomia financeira registamos uma ligeira melhoria passando dos 47,0% para 47,2%.

Situação económica e financeira

Como se pode concluir da análise anterior, a empresa teve uma diminuição dos meios libertos ao longo de 2012 por comparação com 2011:

Rubrica	2011	2012
CASH-FLOW	4 287 948	3 254 639
CASH-FLOW / VENDAS	9,9%	7,5%

Esta diminuição dos meios libertos pela atividade operacional, conjugada com o maior investimento em ativo fixo e com a diminuição das necessidades de fundo de maneo, permitiu à empresa manter a desalavancagem do endividamento bancário, tendo este encerrado 2012 com o valor líquido de 16 145 224 euros, correspondentes a uma diminuição de 414 275 euros.

Rubrica	2011	2012
Net Debt	16 559 499	16 145 224
Net Debt / EBITDA	2,9	3,5

A já referida diminuição do EBITDA, conjugada com a redução do endividamento bancário líquido, faz com que o indicador *Net Debt / EBITDA* tenha registado uma pequena deterioração, cifrando-se em 2012 em 3,5.

No que diz respeito aos gastos de financiamento e apesar da descida do endividamento líquido estes registaram uma subida de 197 826 euros (+15%) em resultado não só do aumento das condições de financiamento por parte do sistema bancário, mas também em resultado de uma opção da empresa em beneficiar nas linhas de financiamento protocoladas com o Estado, nomeadamente as PME INVEST III, IV, V, do período de carência de 12 meses permitidos, o que fez subir os *spreads*, dado neste período não vigorarem as bonificações dos mesmos.

Em termos da estrutura de capitais continuamos o nosso desígnio de otimização da estrutura de capitais procurando que o investimento em ativo fixo seja financiado por instrumentos de médio e longo prazo e a tesouraria seja financiada por instrumentos de curto prazo. Neste sentido, em finais de 2012, os capitais permanentes representavam 99% do ativo não corrente, ao passo que o passivo corrente representava 102% do ativo corrente.

5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Uma das razões do sucesso da OLI assenta no esforço sustentado que tem vindo realizar nos últimos anos em IDI (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) assumindo desta forma vantagens competitivas, nomeadamente na criação de novos produtos e processos de alta diferenciação.

Em termos tecnológicos/ produtivos, a estratégia da empresa incide no lançamento de produtos inovadores e pioneiros no mercado, envolvendo previamente todo um processo intensivo de ID. Tendo em vista este objetivo, a OLI dispõe de uma equipa multidisciplinar munida de meios e recursos tecnologicamente avançados, inteiramente dedicada ao desenvolvimento de produtos.

Nos projetos em que a OLI não domina o conhecimento a aplicar, procura estabelecer cooperações com entidades do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) de forma a potenciar uma partilha de conhecimento e desta forma criar valor. Foram estabelecidas novas parcerias em 2012 com o PIEP (Polo de Investigação de Engenharia de Polímeros) e o CENTI (Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes), para além da parceria já iniciada em 2011 com a Universidade de Aveiro e com a ADAI (instituição integrada na Universidade de Coimbra).

Assumindo uma cultura que encara as relações com os clientes como relações de cooperação, existiram em 2012 vários projetos de desenvolvimento de produtos em parceria com os clientes, onde a OLI se diferencia dos restantes concorrentes ao fornecer ao mercado uma combinação de conhecimento, liderança e oportunidades de inovação, desenvolvendo produtos à medida do cliente.

Como resultado do trabalho de IDI efetuado em 2012, foram registados 7 novos pedidos de patentes de inovação.

Após 3 anos da implementação do Sistema de Gestão de IDI, decidiu-se reformular o processo de definição da Estratégia de Inovação, de forma conseguir obter novas inovações em outros processos para além do desenvolvimento de novos produtos. Com este objetivo foi lançado o projeto "+ OLI" onde com a ajuda do Prof Jorge Alves e a Dr.ª Maria José Haneman, foi definido um Plano Anual de Inovação (PAI 2013). Neste Plano estão definidas as áreas a melhorar/desenvolver e por sua vez estão elencadas uma série de atividades a realizar com a finalidade de potenciar a criatividade e inovação a todas as áreas e colaboradores.

Para 2013, a OLI pretende finalizar o desenvolvimento dos novos produtos inovadores iniciados em 2012, estabelecer novas parcerias com clientes no desenvolvimento dos novos produtos, iniciar

novos projetos com características inovadoras em todas as vertentes de inovação (processo, produto, organizacional e marketing), tendo como objetivo reforçar a sua presença no mercado internacional e associar o nome OLI à inovação e qualidade dos seus produtos e serviços.

Sendo cada vez mais importante para o sucesso sustentável da empresa o resultado desta atividade de IDI, continuamos insatisfeitos com os resultados, seja em quantidade, seja em qualidade, e, sobretudo, com a velocidade a que os desenvolvimentos acontecem.

De facto a realidade dos mercados e a agressividade e qualidade dos nossos principais concorrentes colocam-nos perante a necessidade de uma multiplicidade de respostas em tempo demasiado curto para a nossa atual velocidade de resposta.

Estamos assim, mais uma vez, a procurar uma reformulação dos nossos processos internos de modo a conseguir, com os mesmos meios, mais, melhores e mais rápidos resultados. Pretendemos conseguir colocar mais soluções no mercado em prazos significativamente mais curtos e com muito maior qualidade!

6. Capital humano

Em finais de 2012 o número de colaboradores era de 344, tendo-se verificado um aumento de 3% relativamente à mesma data do ano anterior. O número de colaboradores variou ao longo do ano, por várias razões, entre as quais a necessidade de nos ajustarmos continuamente à evolução da carteira de encomendas. O mês com maior número médio de colaboradores foi o mês de Outubro. Durante o exercício o número médio de colaboradores foi de 344 (fora de 339 em 2011)

O quadro que se segue apresenta dados comparativos dos anos de 2011 e 2012.

Recursos Humanos	2011	2012
Número de trabalhadores no final do período	333	344
sexo masculino	150	159
sexo feminino	183	185
Número médio de trabalhadores ao longo do período	339	340
Idade média dos trabalhadores	38,18	37,10
Antiguidade média dos trabalhadores	10	12

Recursos Humanos	2011	2012
Horas de formação totais	16.595	13.343
Média de horas de formação por trabalhador	49	39
Gastos com o pessoal	8 238 204	8 342 971
Gastos médios por trabalhador	24 309	24 538
VAB por trabalhador	44 027	41 555
Taxa geral de absentismo	3,5	3
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Bom
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Bom	Médio

Em resposta à crescente preocupação da empresa com o meio ambiente e a sustentabilidade foram, em 2012, colocadas em prática um conjunto de ações que visavam o desenvolvimento de boas práticas ecológicas, incentivando os colaboradores para uma cultura interna de promoção e compromisso com a sustentabilidade. Estas ações contemplaram a redução do consumo de recursos naturais (com particular ênfase na energia) e um empenhamento mais rigoroso no princípio da reduzir, reutilizar e reciclar, assegurando uma gestão criteriosa dos resíduos e garantindo o seu encaminhamento para a valorização.

A OLI reconhece a necessidade de estar bem preparada para atuar em caso de incêndio e por forma a garantir uma extinção eficaz. Neste sentido foram implementadas um conjunto de medidas relacionadas com a prevenção de incêndios, nomeadamente a instalação de uma rede de incêndio armada. Foram também instalados sistemas de deteção de incêndios e foi compartimentado o setor do twins (estas ações serão, progressivamente estendidas ao resto da área fabril).

Em 2013 vamos ter as auditorias de certificação tendo em vista a certificação de acordo com os referenciais NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007.

No ano de 2012 foi realizada um atividade no Dia Mundial da Mulher que consistiu na instalação de um cabeleireiro numa sala de formação. Neste dia foi possível proporcionar às nossas colaboradoras cortes de cabelo, manicure, maquilhagem e uma transformação radical a três pessoas. Sendo esta empresa uma empresa com um grande número de mulheres, esta foi uma maneira de mostrarmos o nosso agradecimento.

Em 2013 prevemos que os nossos colaboradores do sector fabril efetuem visitas a empresas da região de forma a que tenham contacto com outras realidades organizacionais e onde os

princípios da metodologia *lean* e da melhoria continua já estão consolidados, de modo a facilitar a replicação na empresa das melhores práticas das empresas de referência da região.

A empresa, na medida das suas possibilidades e responsabilidades sociais, tem procurado, ativamente e a expensas suas, sem subsídios nem reverências, minorar o impacto que as medidas austeras e violentas, de política global, têm tido no rendimento de trabalho dos seus colaboradores. Investir nas pessoas e investir na esperança trará, cremos, dividendos. Uns quantificáveis, outros não. Vamos continuar a acautelar, também, aqueles que não são quantificáveis. Acreditamos nas pessoas em geral e nas desta casa em particular, pelo que procuraremos, na medida das nossas possibilidades, continuar a ajudar essas pessoas a "amortecer" o impacto das políticas de austeridade em vigor.

7. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de 480 539,14 euros tenha a seguinte distribuição:

- a) Para Reservas Livres: 480 539,14 euros

8. Proposta de participação nos lucros

Dado o desempenho obtido em 2012 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de participação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de 77 055,44 euros. Dadas as regras contabilísticas em vigor, este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.

9. Política de Dividendos

Como vem sendo hábito nos últimos anos e como forma de contribuir para a redução do endividamento bancário e a necessidade de reforçar os capitais da empresa, entende o Conselho de Administração não ser oportuna a distribuição de dividendos.

10. Sector Público Estatal

De acordo com o decreto-lei nº 411/91, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2012, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

11. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram.

Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

A todos o nosso reconhecido agradecimento.

Aveiro, 15 de Março de 2013

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreinoNiboli

FedericaNiboli

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do C.S.C., declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31-12-2011	31-12-2012
Valsir, Spa.	50%	50%
Oliveira & Irmão SGPS, Lda.	50%	50%

III. Demonstrações financeiras individuais

Balço individual em 31.12.2012 e 31.12.2011

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativ os fixos tangív eis	7	22,467,088	22,109,519
Ativ os intangív eis	6	14,555	72,947
Participaç ões financeiras - Mét. equiv . patrimonial	5;11	5,560,270	5,850,285
Participaç ões financeiras - Outros métodos	11	40,020	30,000
Outros Ativ os Financeiros	5;17	9,454,500	8,925,500
		37,536,433	36,988,251
Ativo corrente			
Inv entários	12;17	7,541,601	8,680,183
Cientes	17	8,034,896	7,137,140
Estado e outros entes públ icos	17	1,002,239	684,301
Outras contas a receber	17	339,317	304,155
Diferimentos	17	90,380	172,098
Ativ os Financeiros detidos para negociaç ão	17	14,751	14,200
Caixa e depósitos bancários	4	536,887	375,805
		17,560,070	17,367,883
Total do Ativo		55,096,503	54,356,134
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	10,000,000	10,000,000
Reserv as legais	17	2,000,000	2,000,000
Outras reserv as	17	2,657,918	1,274,052
Ajustamentos em Ativ os Financeiros	17	3,065,753	3,065,753
Excedentes de rev alorizaç ão	17	7,627,062	7,627,062
Outras v ariaç ões no capital próprio	10;17	153,177	179,179
Resultado líquido do período	17	480,539	1,383,867
Total do Capital Próprio		25,984,450	25,529,913
Passivo			
Passivo não corrente			
Prov isões	13	57,368	151,070
Financiamentos obtidos	8;9;17	10,467,813	12,789,326
Passiv os por impostos diferidos	16	698,633	772,341
		11,223,814	13,712,737
Passivo corrente			
Fornecedores	17	8,190,907	7,203,195
Estado e outros entes públ icos	17	471,131	650,277
Financiamentos obtidos	8;9;17	6,210,134	4,141,810
Outras contas a pagar	17	2,885,266	2,767,190
Diferimentos	17	130,801	351,011
		17,888,239	15,113,484
Total do Passivo		29,112,053	28,826,221
Total do Capital Próprio e do Passivo		55,096,503	54,356,134

Técnic o Oficial de Contas

Conselho de Administraç ão

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal

Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	14;24	43,321,929	43,478,745
Subsídios à exploração	10;14	113,798	107,885
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	-290,015	-499,777
Variação nos inventários da produção	12	-1,168,353	-420,351
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-21,840,598	-22,265,357
Fornecimentos e serviços externos	18	-7,550,992	-6,751,990
Gastos com pessoal	5;19	-8,342,971	-8,238,204
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-124,345	-57,895
Provisões (aumentos/reduções)	13	-57,368	-151,070
Aumentos/Reduções de justo valor	17	551	-800
Outros rendimentos e ganhos	14;20	1,489,380	1,291,554
Outros gastos e perdas	18;21	-890,636	-776,961
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4,660,380	5,715,779
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	-2,591,239	-2,695,117
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2,069,141	3,020,662
Juros e gastos similares suportados	22	-1,415,018	-1,262,319
Resultado antes de impostos		654,123	1,758,343
Imposto sobre rendimento do período	16	-173,584	-374,476
Resultado líquido do período		480,539	1,383,867

Técnico Oficial de Contas

Conselho Administração

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

EUR

Rubricas	Períodos	
	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	43,161,379	45,566,033
Pagamentos a fornecedores	-28,614,264	-30,404,738
Pagamentos ao pessoal	-8,286,423	-8,205,627
Caixa gerada pelas operações	6,260,692	6,955,668
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-635,317	-444,699
Outros recebimentos/pagamentos	-854,596	1,231,533
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	4,770,779	7,742,502
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativ os fixos tangív eis	-2,443,709	-2,078,875
Inv estimentos financeiros	-539,020	-3,559,100
Recebimentos provenientes de:		
Ativ os fixos tangív eis	34,913	23,079
Juros e rendimentos similares	1,728	138,940
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-2,946,088	-5,475,955
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	12,955,552	9,221,324
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-13,208,741	-10,326,402
Juros e gastos similares	-1,410,419	-1,359,059
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1,663,608	-2,464,136
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	161,082	-197,590
Caixa e seus equivalentes no início do período	375,805	573,395
Caixa e seus equivalentes no fim do período	536,887	375,805

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2012

EUR

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total
Posição no início do período 2012	6	10,000,000	2,000,000	1,274,052		3,065,753	7,627,062	179,179	1,383,866.82	25,529,913	25,529,913
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				1,383,867					-26,002	-1,383,867	-26,002
	7			1,383,867					-26,002	-1,383,867	-26,002
Resultado líquido do período	8									480,539	480,539
Resultado integral	9=7+8									-903,328	-903,328
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	10										
Posição no fim do período 2012	1=6+7+8+10	10,000,000	2,000,000	2,657,918		3,065,753	7,627,062	153,177		480,539	25,984,450

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2011

EUR

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total
Posição no início do período 2011	1	2,500,000	1,000,000	7,424,984	-54,057	2,865,569	8,320,596	208,272	2,158,257	24,423,621	24,423,621
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		7,500,000	1,000,000	-6,150,933	54,057	200,184	-693,534	-29,092	-2,158,257	-277,575	-277,575
	2	7,500,000	1,000,000	-6,150,933	54,057	200,184	-693,534	-29,092	-2,158,257	-277,575	-277,575
Resultado líquido do período	3									1,383,867	1,383,867
Resultado integral	4=2+3									-774,391	-774,391
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	5										
Posição no fim do período 2011	6=1+2+3+5	10,000,000	2,000,000	1,274,052		3,065,753	7,627,062	179,179		1,383,867	25,529,913

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal

Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

Anexo às Demonstrações Financeiras

1.1 – Identificação da entidade:

Designação da entidade:	Oliveira & Irmão, SA
Sede:	Variante da Cidade, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Natureza da atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

1.2- Gestão do risco

- i. Risco de Crédito
 - a) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

- b) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros e derivados financeiros. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

ii. Riscos de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra geral a sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Todavia, no passado e até meados de 2008 a sociedade contratou alguns derivados para limitar a sua exposição às variações de taxa de juro, contratos esses que terminarão em 2013.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. Risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual).
- Diversificação de fontes de financiamento.
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida.
- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados.

2 – Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1- Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 - Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 - Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação são gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	50
Edifícios Industriais	20
Edificações ligeiras	10
Moldes	6
Máquinas	10
Linhas de montagem	10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

A empresa apenas capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. Apenas foram capitalizados os juros até 2011, ou seja, durante a construção do ativo. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos começou no início do investimento. Foram suportados juros com empréstimos e o ativo encontra-se disponível para venda;
- A capitalização terminou quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou venda foram substancialmente concluídas;
- Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens são igualmente incorporadas no custo do ativo.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes, por isso foram reconhecidas na Demonstração de Resultados.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital Próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa recebeu subsídios para formação no âmbito do POPH - Programa Operacional Potencial Humano. Está a decorrer no âmbito do QREN, um incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico, que designamos por Dosing que consiste no desenvolvimento de uma solução de higienização utilizando os produto de limpeza sem estar em contacto com a água do autoclismo, evitando assim saturações de produto e possíveis entupimentos, assim como gastos desnecessários. O objetivo é desenvolver um sistema em que o produto de limpeza seja utilizado apenas quando se faz a descarga do autoclismo e, apenas ser utilizada quantidade necessária para fazer a higienização e limpeza.

Este subsídio foi considerado à exploração dado que financiou despesas relacionadas com a investigação desta solução.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças,

dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outras Contas a Receber , Outras Contas a Pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Estes ativos foram valorizados ao justo valor à data de apresentação das demonstrações financeiras, e as alterações de justo valor foram reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obfidios.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, participações nos lucros e gratificações.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4 – Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO					EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	
Caixa	4,167	14,504,421	14,504,424	4,164	
Depósitos à ordem	371,638	214,458,684	214,297,598	532,723	
Total de caixa e depósitos bancários	375,805	228,963,104	228,802,022	536,887	

5 – Partes Relacionadas

5.1 - Relacionamentos com empresa-mãe e subsidiárias:

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS											EUR
Descrição		Período 2012					Período 2011				
		Vendas/ Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período
Subsidiárias	Moldav eiro - Moldes, LDA	56,467	1,129,800	2,617	769,229		54,192	975,236	3,714	428,808	
	Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA	1,173	767			529,000	142,514	6,484	246		2,068,100
	Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	120,452	18,700	20	200,165		164,348	40,634	16,488	450,000	
	Oli, SRL	4,703,756	522,607	784,808	57,243		5,135,508	405,185	585,648	57,722	
Total	4,881,849	1,671,873	787,445	1,026,638	529,000	5,496,562	1,427,539	606,096	936,530	2,068,100	

SUBSIDIÁRIAS											EUR
Descrição	Sede	Período 2012				Período 2011					
		Capital Devido	Capital Social	Capitais Próprias	Resultados Líquidos	Capital Devido	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos		
Moldav eiro - Moldes, LDA	Travessa do Milão, Esgueira - Aveiro	83.00%	500,000	953,506	106,814	83.00%	249,399	846,692	30,329		
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA	Rua das Poças, Lavra - Porto	79.90%	6,800,000	-3,336,863	-330,707	79.90%	6,800,000	-3,006,156	-1,064,635		
Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	Paraimo - Sangalhos	99.07%	1,500,000	404,966	-500,471	99.07%	1,500,000	905,437	-590,724		
Oli, SRL	Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) -	99.00%	1,000,000	4,411,808	118,329	99.00%	1,000,000	4,293,479	60,889		

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Descrição	Saldo Inicial	Variação		Saldo Final
		Débito	Crédito	
Moldav eiro - Moldes, Lda.	702,754	88,655		791,410
Soplasnor - Soc. Plásticos Norte, SA	8,925,500	675,605	146,605	9,454,500
Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	896,986		495,816	401,170
Oli, Srl	4,250,545	117,146		4,367,690
Total	14,775,785	881,406	642,421	15,014,770

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			EUR
Descrição	Período 2012	Período 2011	
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	538,014	528,764	
Total	538,014	528,764	

6 – Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	406,618	1,216,703		1,623,321
Amortizações acumuladas iniciais	351,760	1,198,613		1,550,373
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	54,858	18,089		72,947
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-42,191	-16,201		-58,392
Total das diminuições	42,191	16,201		58,392
Amortizações	42,191	16,201		58,392
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	12,667	1,888		14,555

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2011 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	406,618	1,216,703		1,623,321
Amortizações acumuladas iniciais	259,645	1,165,174		1,424,819
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	146,973	51,529		198,501
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-92,114	-33,439		-125,554
Total das diminuições	92,114	33,439		125,554
Amortizações	92,114	33,439		125,554
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	54,858	18,089		72,947

7 – Ativos fixos tangíveis

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6,723,810	14,372,720	27,058,714	1,105,060	1,742,985	1,674,495	1,099,810	53,777,593
Depreciações acumuladas iniciais		6,180,852	21,331,048	874,716	1,624,969	1,656,489		31,668,074
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6,723,810	8,191,867	5,727,667	230,344	118,016	18,006	1,099,810	22,109,519
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-232,867	-16,504	-34,895	63,273	10,781	567,781	357,569
Total das adições		63,558	131,225	98,500	91,072	23,745	2,544,008	2,952,108
Aquisições		63,558	131,225	98,500	91,072	23,745	2,544,008	2,952,108
Total das diminuições		693,629	1,660,621	133,395	93,931	12,964		2,594,539
Depreciações		693,629	1,613,364	22,922	3,528	12,964		2,346,407
Alienações			46,518	44,925				91,443
Abates			739	65,547	90,403			156,689
Transferências de AFT em curso		397,203	1,512,892		66,131		-1,976,227	
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6,723,810	7,959,000	5,711,163	195,449	181,288	28,787	1,667,591	22,467,088

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2011 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6,818,715	14,365,220	25,745,648	1,038,410	1,702,478	1,665,133	694,407	52,030,010
Depreciações acumuladas iniciais		5,489,850	19,773,838	806,574	1,556,860	1,604,246		29,231,368
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6,818,715	8,875,370	5,971,810	231,836	145,617	60,887	694,407	22,798,643
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-94,905	-683,503	-244,143	-1,492	-27,602	-42,882	405,403	-689,124
Total das adições		7,500	111,922	140,925	42,144	9,361	1,668,830	1,980,682
Aquisições		7,500	111,922	140,925	42,144	9,361	1,668,830	1,980,682
Total das diminuições		691,003	1,619,493	142,417	69,745	52,243		2,574,901
Depreciações		691,003	1,557,210	68,142	68,109	52,243		2,436,706
Alienações			38,412	74,275	1,637			114,324
Abates			23,870					23,870
Transferências de AFT em curso			1,263,427				-1,263,427	
Outras transferências	-94,905							-94,905
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6,723,810	8,191,867	5,727,667	230,344	118,016	18,006	1,099,810	22,109,519

7.2 Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	145,074	17,019	7,265,607	199,362	7,627,062
Reforços					
Depreciações	-14,772	14,772	-271,241	271,241	
Perdas por imparidade					
Alienações					
Abates					
Outras	1,829	-1,829	71,879	-71,879	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	132,132	29,961	7,066,245	398,724	7,627,062

8 – Locações

8.1 Os contratos de locação são os seguintes:

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Locações financeiras em vigor						Período 2012	Período 2011	
	Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação				Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
					Começo	Fim			
Ativ os fixos tangív eis	Leasing	Audi A6	73,402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	8,936	23,752
	Leasing	VW Golf	19,767	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012		3,716
	Leasing	Audi A4	33,329	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012		8,361
	Leasing	VW Passat	30,846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013	2,580	10,341
	Leasing	VW Passat	35,000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	19,901	28,250
	Leasing	VW Sharan	39,500	CGD LEASING	CT100049547	20-05-2011	20-05-2015	24,127	33,442
	Leasing	Prensa	281,500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	205,249	256,162
	Leasing	VW Sharan	31,500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	22,447	29,632
	Subtotais		544,843					283,240	393,656
Ativ os fixos tangív eis	Leasing	Eq. Informático	175,000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	21,374	56,654
		Subtotais	175,000					21,374	56,654
Ativ os fixos tangív eis	Leasing	VW Golf	26,400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	10,544	17,005
	Leasing	Eq. Industrial	170,000	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	36,360	92,250
		Subtotais	196,400					46,904	109,255
Ativ os fixos tangív eis	Leasing	Eq. Informático	154,104	BNP PARIBAS	CT 31200166	07-06-2012	07-06-2017	112,263	
		Subtotais	154,104					112,263	
Ativ os fixos tangív eis	Leasing	Eq. Industrial	344,751	BPI	CT 10026263	05-08-2012	05-08-2017	344,751	
	Leasing	VW Passat	35,500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	20-12-2017	34,864	
		Subtotais	380,251					379,615	
	Totais		1,450,598.32					843,396	559,565

8.2 As quantias reconhecidas nestes ativos são as seguintes:

EUR

Descrição	Locações financeiras	
	Ativos fixos tangív eis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1,366,208	1,366,208
Amortizações/Depreciações acumuladas	426,159	426,159
Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	940,049	940,049
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	843,396	843,396
Até um ano	236,376	236,376
De um a cinco anos	607,020	607,020

9 – Custos de empréstimos obtidos

9.1 Informação relativa aos empréstimos genéricos:

TIPO DE FINANCIAMENTO

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2012		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Ov erdraft	12		12	350,057		350,057
Programa de Papel Comercial	1,500,000	4,500,000	6,000,000	2,200,000	9,000,000	11,200,000
Médio e Longo Prazo	3,997,272	5,360,793	9,358,065	1,266,324	3,437,678	4,704,002
Leasing	236,376	607,020	843,396	207,916	351,648	559,564
Desconto de Letras	3,272		3,272	24,399		24,399
Desconto de Remessas	473,202		473,202	93,114		93,114
Total	6,210,134	10,467,813	16,677,947	4,141,810	12,789,326	16,931,136

10 – Subsídios

Informação relativa aos subsídios

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição	Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Exploração	POPH - Potencial humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	02-01-2012	11-11-2013	8,546	36,442	44,987
	Prisonair - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2009	31-12-2011	7,996		7,996
	Dosing - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-09-2011	05-07-2013		60,815	60,815
	Subtotais							16,542	97,256	113,798
Reembolsável	ICEP	POE SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2,012,215		2,012,215
	Subtotais							2,012,215		2,012,215
Totais							2,028,757	97,256	2,126,013	

O Subsídio não reembolsável continua a ser imputado a resultados numa base sistemática conforme os ativos a que está associado.

As outras variações no capital próprio dizem respeito a este subsídio do ICEP na parte não reembolsável e a informação encontra-se no quadro 17.7.

Relativamente ao subsídio de incentivos à Investigação e Desenvolvimento designado por Prisonair, apesar de ter acabado em 2011 ainda foi recebido uma parte em 2012.

11 – Participações financeiras

11.1 Informação relativa às participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	14,775,785	14,775,785
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)	14,775,785	14,775,785
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)	238,985	238,985
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	529,000	529,000
Outros movimentos do período	-290,015	-290,015
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	15,014,770	15,014,770
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	30,000	30,000
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7 - 8 + 9)	30,000	30,000
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	10,020	10,020
Outras aquisições	15,020	15,020
Outros movimentos do período	-5,000,00	-5,000
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	40,020	40,020

12 – Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2,699,461		2,699,461	2,742,572		2,742,572
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,895,232	57,362	1,837,870	1,806,904	57,362	1,749,543
Produtos acabados e intermédios	2,993,524		2,993,524	4,188,068		4,188,068
Adiantamento por conta de compras	10,746		10,746			
Total	7,598,963	57,362	7,541,601	8,737,544	57,362	8,680,183

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total
Inv entários iniciais	2,742,572	1,806,904	4,549,476	1,168,224	1,826,044	2,994,268
Compras	3,020,214	18,974,192	21,994,406	5,356,764	18,578,455	23,935,219
Reclassificação e regularização de inv entários	72,401	36,190	108,591	85,218	29,436	114,654
Inv entários finais	2,699,461	1,895,232	4,594,693	2,742,572	1,806,904	4,549,476
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	2,990,924	18,849,674	21,840,598	3,697,198	18,568,159	22,265,357
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inv entários		57,362	57,362		57,362	57,362

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inv entários finais	2,993,524			4,188,068		
Reclassificação e regularização de inv entários	26,191			192,835		
Inv entários iniciais	4,188,068			4,801,255		
Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)	-1,168,353			-420,351		

13 – Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes, foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e as vendas relativas ao mesmo período.

EUR

Descrição	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Total
Quantia escriturada inicial	51,070	100,000	151,070
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	6,298	-100,000	-93,702
Total de aumentos	57,368		57,368
Reforço	57,368		57,368
Total de diminuições	51,070	100,000	151,070
Uso		100,000	100,000
Reversão	51,070		51,070
Quantia escriturada final (3 = 1 + 2)	57,368		57,368

14 – Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

RÉDITOS E OUTROS RENDIMENTOS RECONHECIDOS NO PER�DO		EUR	
Descri�o	31-12-2012	31-12-2011	
Vendas de bens	43,315,734	43,471,183	
Prest�o de serv �os	6,195	7,562	
Subsídios	113,798	107,885	
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	1,279,857	820,841	
Descontos de pronto pagamento obtidos	7,899	8,179	
Recupera�o dívidas a receber	4,201		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	205,801	85,453	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	34,098	7,881	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	26,455	17,742	
Outros			
Correc�es períodos anteriores	1,485	113,100	
Excesso de estimativa	24,721	242,047	
Imputa�o de subsídios para investimentos	26,002	29,092	
Ganhos em outros instrumentos financeiros	6,778	4,345	
Outros	76,157	47,761	
Rendimentos e ganhos de financiamento			
Juros obtidos	1,728	561	
Outros rendimentos similares		5	
Total	45,130,908	44,963,637	

15 – Diferenças de Câmbio

EFEITOS DE ALTERA�ES EM TAXAS DE CÂMBIO		EUR	
Descri�o	31-12-2012	31-12-2011	
Diferenças de Câmbio			
Reconhecidas em resultados do período:			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	45,392	34,763	
Diferenças de câmbio favoráveis	34,098	7,881	

16 – Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descri�o	31-12-2012	31-12-2011	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	654,123	1,758,343	
Imposto corrente	247,292	448,760	
Imposto diferido	-73,708	-74,284	
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	173,584	374,476	
Tributa�es aut�nomas	64,475	58,623	

17 – Instrumentos financeiros

17.1 Os valores de terceiros estão detalhados como se segue:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR	
Descrição	31-12-2012	31-12-2011	
Clientes	8,034,896	7,137,140	
Conta corrente	7,796,430	6,894,756	
Titulos a receber	227,028	228,497	
Cobrança duvidosa	324,442	234,434	
Imparidades	-313,004	-220,547	
Fornecedores	8,190,907	7,203,195	
Outras contas a pagar	2,885,266	2,767,190	
Pessoal	1,856	5,165	
Fornecedores investimentos	1,019,961	599,342	
Credores por acréscimos de gastos - juros	88,682	84,083	
Credores por acréscimos de gastos - seguros	16,704	7,352	
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1,167,898	1,101,718	
Credores por acréscimos de gastos - outros	381,017	408,859	
Outros credores	209,147	560,672	
Outras contas a receber	339,317	304,155	
Pessoal	24,711	18,386	
Dev edores por acréscimos de rendimentos - subsídios	97,256	32,764	
Dev edores por acréscimos de rendimentos - outros	122,043	124,065	
Outros dev edores	95,307	128,940	
Total	19,450,386	17,411,681	

17.2 Estado e outros Entes Públicos:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR				
Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	407,131		407,131	354,472		354,472
Imposto sobre o valor acrescentado	595,107		595,107	329,829		329,829
Total	1,002,239		1,002,239	684,301		684,301
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	247,292		247,292	448,760		448,760
Retenção de impostos sobre rendimentos	75,583		75,583	62,017		62,017
Imposto sobre o valor acrescentado						
Outros impostos	15		15	112		112
Contribuições para a segurança social	148,241		148,241	139,388		139,388
Total	471,131		471,131	650,277		650,277

17.3 Diferimentos:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Ativos						
Gastos a reconhecer - juros	70,283		70,283	21,621		21,621
Gastos a reconhecer - seguros	7,053		7,053	44,563		44,563
Gastos a reconhecer - outros	13,044		13,044	105,914		105,914
Total	90,380		90,380	172,098		172,098
Passivos						
Rendimentos a reconhecer - outros	130,801		130,801	351,011		351,011
Total	130,801		130,801	351,011		351,011

17.4 Ativos detidos para negociação:

ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

EUR

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
Valor em 01-01-2012	14,200		14,200
Perdas por redução de justo valor			
Ganhos por aumentos de justo valor	551		551
Valor em 31-12-2012	14,751		14,751

17.5 Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	4,164	4,167
Depósitos à ordem	322,723	371,638
Outros depósitos bancários	210,000	
Total	536,887	375,805
Passivos		
Depósitos à ordem	12	350,057
Total	12	350,057

17.6 Financiamentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	6,210,134	10,467,813	16,677,947	4,141,810	12,789,326	16,931,136
Total	6,210,134	10,467,813	16,677,947	4,141,810	12,789,326	16,931,136

17.7 Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Capital próprio		
Capital	10,000,000	10,000,000
Reservas legais	2,000,000	2,000,000
Outras reservas	2,657,918	1,274,052
Ajustamentos em ativos financeiros	3,065,753	3,065,753
Excedentes de revalorização	7,627,062	7,627,062
Outras variações no capital próprio	153,177	179,179
Resultado líquido do período	480,539	1,383,867
Total	25,984,450	25,529,913

17.8 Outros instrumentos de dívida

QUANTIA ESCRITURADA EM OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor Nominal	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nominal	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado						
Contrato SWAP 1	-	-		5,000,000	3.60%	-90,285
Contrato SWAP 2	2,500,000	3.75%	-22,705	2,500,000	3.75%	-82,732
Contrato SWAP 4	-	-		1,500,000	4.53%	-24,431
Contrato SWAP 6	5,000,000	5.15%	-188,129	5,000,000	5.15%	-357,609
Total	7,500,000		-210,834	14,000,000		-555,057

17.9 Divulgação de informação de imparidades:

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	124,345		313,004
Inventários - matérias primas			57,362
Total	124,345		370,365

17.10 Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa:

DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

EUR

Descrição	Valor
Relativas a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução	
Reclamadas judicialmente	135,896
Em mora:	177,107
Há mais de vinte e quatro meses	152,959
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	4,858
Há mais de doze meses e até dezoito meses	15,488
Há mais de seis meses e até doze meses	3,803
Até seis meses	
Total	313,004

17.11 Ativos e Passivos Financeiros:

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

EUR

Descrição	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		8,034,896	313,004
Outras contas a receber		339,317	
Ativos Financeiros defidos para negociação	14,751		
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		8,190,907	
Financiamentos obtidos		16,677,947	
Outras contas a pagar		2,885,266	

18. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Subcontratos	217,768	245,347
Trabalhos especializados	618,468	517,394
Publicidade e propaganda	273,643	228,549
Vigilância e segurança	80,718	81,736
Honorários	99,714	110,157
Comissões	554,536	573,565
Conservação e reparação	840,190	899,036
Outros	165,772	66,692
Total serviços especializados	2,633,041	2,477,129
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	110,932	142,489
Livros e documentação técnica	929	1,899
Material de escritório	20,558	16,499
Artigos para oferta	45,758	57,303
Outros	2,101	1,072
Total materiais	180,278	219,263
Electricidade	893,348	786,254
Combustíveis	91,213	88,160
Água	14,486	13,067
Outros	576	530
Total energias e fluidos	999,623	888,010
Deslocações e estadas	335,990	252,212
Transporte de mercadorias	2,387,003	2,043,226
Total deslocações, estadas e transportes	2,722,994	2,295,437
Rendas e alugueres	18,934	25,982
Comunicação	75,601	79,251
Seguros	175,740	183,822
Royalties	473	
Contencioso e notariado	105,919	14,525
Despesas de representação	332,492	253,375
Limpeza, higiene e conforto	76,145	62,623
Outros serviços	11,985	7,226
Total serviços diversos	797,289	626,803
Total fornecimentos e serviços externos	7,550,992	6,751,990

19. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal:

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

EUR

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	340	663,672
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	340	663,672
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	340	663,672
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	155	310,215
Mulheres	185	353,456
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento	23	
Prestadores de serviços	25	
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	61	

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Gastos com o pessoal	8,342,971	8,238,204
Remunerações dos órgãos sociais	538,014	528,764
Das quais: Participação nos lucros	77,055	188,364
Remunerações do pessoal	5,500,761	5,506,861
Encargos sobre remunerações	1,241,781	1,234,491
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	67,713	64,530
Gastos de acção social	66,420	57,423
Outros gastos com pessoal	928,281	846,135
Dos quais:		
Gastos com formação	51,827	66,350

20. Divulgação de informação de Rendimentos e Ganhos:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos suplementares	1,279,857	820,841
Descontos de pronto pagamento obtidos	7,899	8,179
Recuperação dívidas a receber	4,201	
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	34,098	7,881
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	26,455	17,742
Outros	135,142	436,345
Juros obtidos	1,728	561
Outros rendimentos similares		5
Total outros rendimentos e ganhos	1,489,380	1,291,554

21 - Divulgação de informação de Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Impostos	65,764	83,516
Descontos de pronto pagamento concedidos	287,934	303,873
Dívidas incobráveis	52,694	
Perdas em inventários	59,001	169,929
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	4,214	
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	71,480	8,649
Doativos	24,782	45,303
Quotizações	10,010	10,020
Ofertas e amostras em inventários	30,914	60,869
Insuficiência da Estimativa de Impostos	158,619	
Outros	125,225	94,802
Total outros gastos e perdas	890,636	776,961

22 – Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Juros suportados	1,415,018	1,262,319
Total juros e gastos similares suportados	1,415,018	1,262,319

23 – Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Ativos fixos tangíveis	2,532,847	2,569,563
Edifícios	693,629	691,003
Equipamento básico	1,610,134	1,619,493
Equipamento transporte	123,218	137,079
Equipamento administrativo	92,902	69,745
Outros ativos fixos tangíveis	12,964	52,243
Ativos intangíveis	58,392	125,554
Projectos desenvolvimento	42,191	92,114
Propriedade industrial	16,201	33,439
Total gastos de depreciações e amortizações	2,591,239	2,695,117

24 – Divulgações exigidas por diplomas legais

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2012

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	11,178,839	23,510,959	8,625,936	43,315,734
Prestações de serviços	6,195			6,195
Compras	11,242,037	10,062,254	690,115	21,994,406
Fornecimentos e serviços externos	5,660,884	1,686,942	203,166	7,550,992
Aquisições de activos fixos tangíveis	2,455,160	473,553	23,395	2,952,108
Outros rendimentos suplementares	31,017	1,090,126	158,715	1,279,857

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2011

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	11,805,482	24,111,370	7,554,330	43,471,183
Prestações de serviços	7,562			7,562
Compras	11,802,653	10,806,734	1,325,832	23,935,219
Fornecimentos e serviços externos	5,580,630	1,112,610	58,750	6,751,990
Aquisições de activos fixos tangíveis	1,536,542	444,141		1,980,682
Outros rendimentos suplementares	159,574	656,425	4,841	820,841

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS 2012

EUR

	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	37,732,815	4,062,319	1,520,600	43,315,734
Mercadorias		4,062,319		4,062,319
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	37,732,815		1,520,600	39,253,415
Activos biológicos				
Prestações de serviços		6,195		6,195
Compras	18,974,192	2,885,106	135,108	21,994,406
Fornecimentos e serviços externos	6,491,628	1,007,648	51,716	7,550,992
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	18,849,674	2,990,924		21,840,598
Mercadorias		2,990,924		2,990,924
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18,849,674			18,849,674
Activos biológicos				
Variação nos inventários da produção	321,966		-1,490,319	-1,168,353
Número médio de pessoas ao serviço	281	59		340
Gastos com o pessoal:	7,150,226	1,192,745		8,342,971
Remunerações	5,089,968	948,807		6,038,775
Outros (inclui pensões)	2,060,258	243,938		2,304,196
Activos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	19,349,015	3,118,073		22,467,088
Total de aquisições	2,848,074	104,034		2,952,108
Das quais: em Edifícios e outras construções	57,381	6,178		63,558
Adições no período de activos em curso	2,485,403	58,605		2,544,008

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS 2011

EUR

	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	38,215,699	4,885,484	370,000	43,471,183
Mercadorias		4,885,484		4,885,484
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	38,215,699		370,000	38,585,699
Activos biológicos				
Prestações de serviços		7,562		7,562
Compras	18,578,455	3,707,420	1,649,344	23,935,219
Fornecimentos e serviços externos	5,618,457	1,101,237	32,296	6,751,990
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	18,568,159	3,587,198	110,000	22,265,357
Mercadorias		3,587,198	110,000	3,697,198
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18,568,159			18,568,159
Activos biológicos				
Variação nos inventários da produção	-156,546		-263,805	-420,351
Número médio de pessoas ao serviço	277	62		339
Gastos com o pessoal:	6,852,091	1,386,113		8,238,204
Remunerações	4,926,330	1,109,295		6,035,625
Outros (inclui pensões)	1,925,761	276,818		2,202,579
Activos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	18,785,232	3,324,287		22,109,519
Total de aquisições	1,832,183	148,499		1,980,682
Das quais: em Edifícios e outras construções	7,500			7,500
Adições no período de activos em curso	1,668,830			1,668,830

HONORÁRIOS FATURADOS

EUR

Descrição	2012	2011
Revisão legal das contas	12,600	12,600
Outros serviços	300	
Totais	12,900	12,600

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16,000

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

IV. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – contas individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pela Administração da OLIVEIRA & IRMÃO, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. Acompanhamos a actividade da Empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório da Administração, bem como as contas por este apresentadas.
 - b) A proposta da Administração quanto à aplicação de resultados.

Aveiro, 15 de Abril de 2013

O CONSELHO FISCAL

Dr. António Maria Antas Teles - PRESIDENTE

Engº José Luís Azevedo Cacho - VOGAL

Dr. Artur Armando Frederico Moreira (ROC nº. 848) - VOGAL E ROC

V. Certificação Legal de Contas – contas individuais

ARTUR A F MOREIRA

Sociedade de Revisor Oficial de Contas
Unipessoal Lda.
Inscrita na OROC sob o n.º 202
NIF 507707192

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da OLIVEIRA & IRMÃO S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 55.096.503 euros e um total de capital próprio de 25.984.450 euros, incluindo um resultado líquido de 480.539 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Artur A F Moreira, SROC, Unipessoal Lda.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da OLIVEIRA & IRMÃO, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 15 de Abril de 2013

Artur A. F. Moreira, SROC, Unipessoal Lda.
Inscrita na OROC sob o n.º 202
representada por:

Artur Armando Frederico Moreira
R. O. C. n.º 848

VI. Relatório do Conselho de Administração – contas consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2012.

As contas consolidadas da Oliveira & Irmão, S.A., relativas a 2012, dizem respeito às seguintes sociedades:

- Oliveira & Irmão, SA. (Sociedade Mãe);
- OLI, Srl., detida em 99,0%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA., detida em 79,9%.
- Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, SA., detida em 99,1%

A OLI, Srl., com sede em Itália, mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado).

A Moldaveiro - Moldes, Lda., que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha principalmente para a sociedade-mãe e outras empresas do grupo em Itália, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria, dos nossos clientes e dos mercados, seja pelo labor para assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe.

A Soplasnor – Sociedade de Plásticos do Norte, S.A., vocacionada para a produção tubagens de PVC e PE para vários fins, está neste momento com toda a atividade industrial e comercial suspensa desde 2009, encontrando-se em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos.

A Nuno & Gradeço, SA, que promove a revenda de produtos e materiais para a construção civil, dado o atual momento do sector e as perdas registadas no passado recente, de acordo com as decisões da Assembleia Geral de 28 de Agosto de 2012, entrou em processo de dissolução, estando a decorrer a respetiva liquidação.

No que diz respeito ao volume de vendas consolidado verificamos uma quebra de 5,3%, tendo atingido o valor total de 49.216.544 euros.

Em termos de desempenho económico e financeiro os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado teve uma evolução negativa caindo de 609 085 euros para 216 806 euros. Para esta diminuição contribui, sobretudo, a diminuição do resultado da empresa-mãe.
- Diminuição do Cash-Flow em 21,2% cifrando-se em 3 367 886 euros. Estes meios libertos permitiram reduzir o endividamento bancário do grupo e ao mesmo tempo suportar as atividades de investimento.
- Igualmente ao nível do EBITDA consolidado verifica-se uma diminuição de 13%, atingindo os 5 360 741 euros.
- O endividamento bancário líquido consolidado teve uma diminuição de 950 854 euros
- A autonomia financeira consolidada registou um ligeiro aumento de 37,2% para 38,4%.

Em termos de estratégia de grupo, depois da desativação da Soplasmor e com a liquidação em curso da Nuno & Gradeço, queremos concentrar-nos na nossa atividade de base da sociedade-mãe, procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- A Moldaveiro, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes), com um papel cada vez mais importante na prestação e desempenho da sociedade-mãe, dada a complexidade de algumas das parcerias desta com clientes importantes.
- A OLI Srl, como importante instrumento de distribuição dos produtos da sociedade-mãe no difícil (por muito disputado), mercado italiano (e, como já referido, ainda em alguns mercados que estrategicamente julgamos melhor trabalhados se a partir de Itália).
- A Oliveira & Irmão, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa. O atual momento da economia europeia leva-nos a implementar uma série de medidas tendentes a diminuir a dependência, em termos de vendas, da Europa.

A recente evolução dos negócios impõe-nos a implementação de algumas medidas de reorientação estratégica. A par com a desejada diminuição da dependência da Europa, queremos reforçar as vendas com marca própria e melhorar a oferta, pelo que teremos de nos reposicionar, em termos de Marketing e Comunicação e, melhorar a nossa capacidade em IDI.

OLI

Como referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição (reexportação ou "representação") em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas. O agravamento da crise que começara a fazer-se sentir em Itália em 2011 (e que não será ultrapassada este ano) condicionou o desempenho da empresa.

As vendas desta sociedade apresentaram um decréscimo de 8,7%, atingindo o valor de 10.554.996 euros. Em termos de resultados líquidos houve uma ligeira melhoria em relação a 2011. O resultado líquido atingiu 118.329 euros.

Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade mãe.

O volume de negócios em 2012 foi de 1.229.473 euros, praticamente invariável em relação a 2011. O resultado líquido foi de 106.814 euros.

Soplasnor

Em 2012 praticamente concluiu a liquidação do seu ativo (equipamento básico e stocks) com exceção dos bens imóveis. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a 330.707 euros e

teve origem nas menos valias na venda de equipamentos e nas despesas de manutenção e vigilância dos imóveis.

Gorada a possibilidade em aberto há um ano de arrendamento das instalações, temos agora em conclusão uma nova operação de arrendamento, por alguns meses, do imóvel o que nos permitirá, não só diminuir temporariamente as despesas de manutenção e vigilância como nos possibilitará algum encaixe financeiro. O período inicial, experimental pode vir a ser prolongado.

Paralelamente decorre um estudo de viabilidade de implantação de uma nova atividade industrial nas instalações da Soplasmor, em parceria com os nossos sócios italianos, pelo que, para além do arrendamento, há a possibilidade (em estudo) de implementação de nova atividade.

Nuno & Gradeço

Esta empresa e pelas razões apresentadas concentrará os seus esforços na liquidação dos seus ativos e passivos, havendo o compromisso de todos os seus órgãos sociais em cumprir até ao fim com todas as suas obrigações.

Estratégias futuras

Oliveira & Irmão

Reafirmamos apenas a determinação em diversificar mercados e otimizar as vendas por via de um reforço da marca OLI e de uma melhor segmentação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de tipologia de clientes.

OLI

Há apenas a referir que a crise que se instalou em Itália vai obrigar a consolidar a parte de negócio com vocação exportadora.

Moldaveiro

A Moldaveiro deve continuar o labor dos últimos anos no sentido de melhorar a capacidade técnica e aliar a essa maior capacidade técnica uma maior velocidade de projeto e execução de moldes, seja para melhor servir a sociedade mãe, seja para melhorar a competitividade (não só em preço, mas sobretudo em prazo).

Soplasmor e Nuno & Gradeço

Continuaremos determinados na venda dos seus ativos e liquidação dos passivos, o que permitirá uma maior concentração nas áreas mais estratégicas para o grupo.

Conclusão

A terminar queremos reafirmar a determinação em concentrar os nossos esforços nas atividades e empresas mais rentáveis e competitivas, procurando que cada uma das empresas seja, por si mesma, interessante e rentável e que se integrem numa estratégia de grupo que a todas beneficie, seja em termos de negócios de cada empresa, seja em termos de solidez do conjunto.

Aveiro, 02 de Abril de 2013

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

Pier Andreino Niboli

Federica Niboli

VII. Demonstrações financeiras consolidadas

Balanco Consolidado em 31.12.2012 e 31.12.2011

EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		31.12.2012	31.12.2011
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	26,614,354	25,737,576
Ativos intangíveis	6	69,245	1,519,566
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	5	53,487	54,998
Participações financeiras - Outros métodos		54,169	38,149
Ativos por impostos diferidos			68,901
		26,791,255	27,419,190
Ativo corrente			
Inventários	10	8,992,435	9,068,042
Clientes	17	13,249,928	13,164,865
Adiantamentos a fornecedores		10,006	
Estado e outros entes públicos		1,243,544	999,525
Outras contas a receber	17	633,307	1,124,490
Diferimentos	17	65,224	185,797
Ativos financeiros detidos para negociação	17	14,751	14,200
Ativos não correntes detidos para venda		7,112,036	7,191,589
Caixa e depósitos bancários	4	1,126,046	1,754,816
		32,447,277	33,503,324
Total do Ativo		59,238,532	60,922,514
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	10,000,000	10,000,000
Prémios de emissão	17	4,653	4,653
Reservas legais	17	2,255,879	2,252,864
Outras reservas	17	6,320,771	5,068,854
Resultados transitados	17	-3,423,143	-2,876,518
Excedentes de revalorização	17;7	7,627,062	7,627,062
Outras variações no capital próprio	17	153,177	179,179
Resultado líquido consolidado do período	17	268,772	823,357
Interesses minoritários	17	-463,322	-411,355
Total do Capital Próprio		22,743,848.99	22,668,097
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		206,995	290,902
Financiamentos obtidos	8;9	10,528,697	13,169,329
Passivos por impostos diferidos		1,034,061	1,110,138
		11,769,753	14,570,369
Passivo corrente			
Fornecedores	17	9,626,457	9,133,031
Adiantamentos de clientes		10,006	19,307
Estado e outros entes públicos		740,647	862,599
Financiamentos obtidos	8;9	11,011,888	9,952,176
Outras contas a pagar	17	3,190,462	3,280,733
Diferimentos	17	145,468	436,202
		24,724,929	23,684,048
Total do Passivo		36,494,683	38,254,417
Total do Capital Próprio e do Passivo		59,238,532	60,922,514

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal

Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

56

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	20	49,216,544	51,977,656
Subsídios à exploração	13	123,227	127,004
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17	4,299	4,000
Variação nos inventários da produção	11	-1,201,917	-508,190
Trabalhos para a própria entidade		922,223	811,163
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-24,045,065	-25,446,737
Fornecimentos e serviços externos	20	-9,306,967	-9,216,830
Gastos com pessoal	5	-10,910,323	-10,860,426
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	-68,267	-148,126
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-193,355	-510,148
Provisões (aumentos/reduções)	17	-57,368	-151,070
Aumentos/Reduções de justo valor	17	551	-800
Outros rendimentos e ganhos	12	2,240,193	2,118,452
Outros gastos e perdas	14;18	-1,363,033	-2,036,670
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5,360,741	6,159,279
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-2,889,459	-3,007,692
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2,471,282	3,151,586
Juros e gastos similares suportados	16;19	-1,852,847	-1,996,912
Resultado antes de impostos		618,435	1,154,674
Imposto sobre rendimento do período	15	-401,630	-545,589
Resultado líquido do período		216,806	609,085
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	17	268,772	823,357
Interesses minoritários		-51,967	-214,272
		216,806	609,085
Resultado por acção básico		0.43	1.22

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

EUR

Rubricas	Períodos	
	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	54,521,606	59,269,517
Pagamentos a fornecedores	-37,325,720	-42,009,886
Pagamentos ao pessoal	-10,023,190	-10,024,705
Caixa gerada pelas operações	7,172,696	7,234,926
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-792,487	-768,818
Outros recebimentos/pagamentos	-2,897,413	211,636
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	3,482,796	6,677,744
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativ os fixos tangív eis	-3,087,605	-2,956,081
Ativ os intangív eis	-5,046	-2,841
Inv estimentos financeiros	-16,020	-5,000
Recebimentos provenientes de:		
Ativ os fixos tangív eis	381,383	388,079
Inv estimentos financeiros		58
Juros e rendimentos similares	3,917	141,711
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-2,723,370	-2,434,073
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	13,024,058	10,151,324
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-12,940,260	-13,539,783
Juros e gastos similares	-1,471,994	-1,717,078
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1,388,196	-5,105,537
Varição de caixa e seus equiv alentes (1+2+3)	-628,770	-861,866
Caixa e seus equivalentes no início do período	1,754,816	2,616,682
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1,126,046	1,754,816

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2012

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	10,000,000	4,653	2,252,864	5,068,854	-2,876,518	7,627,062	179,179	823,357	23,079,451	-411,355	22,668,096
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	7											
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			3,015	1,251,917	-546,625		-26,002	-823,357	-141,053	-51,967	-193,020
	7			3,015	1,251,917	-546,625		-26,002	-823,357	-141,053	-51,967	-193,019
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								268,772	268,772		268,772
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								-554,585	-554,585	-51,967	75,753
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	11=6+7+8+10	10,000,000	4,653	2,255,879	6,320,771	-3,423,143	7,627,062	153,177	268,772	23,207,170	-463,322	22,743,849

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2011

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	2,500,000	4,653	1,131,457	10,713,397	-739,091	8,320,596	208,272	563,319	22,702,603	-167,136	22,535,467
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	7											
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	7,500,000		1,121,407	-5,644,543	-2,137,427	-693,534	-29,093	-563,319	-446,509	-244,219	-690,728
	2	7,500,000		1,121,407	-5,644,543	-2,137,427	-693,534	-29,093	-563,319	-446,509	-244,220	-690,728
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								823,357	823,357		823,357
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								260,038	260,038	-244,220	132,629
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3+5	10,000,000	4,653	2,252,864	5,068,854	-2,876,518	7,627,062	179,179	823,357	23,079,451	-411,355	22,668,097

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

I. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação

1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/Sede Social	Capital Devido	Capital Social
Oli, Srl. Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) – Itália	99,0%	1.000.000
Moldaveiro – Moldes, Lda. Lugar do Milão, Esgueira – Aveiro	83,0%	500,000
Soplasnor – Indústria de Plásticos do Norte, SA. Rua das Poças, Lavra	79,9%	6.800.000
Nuno & Gradeço - Materiais de Construção, SA. Paraimo, Sangalhos	99,07%	1.500.000

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1- Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 – Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efetuou-se pelo método da integração global. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica Interesses Minoritários.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3- Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasnor os ativos não correntes foram classificados como detidos para venda. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

Os edifícios e terrenos foram avaliados em 2011 e ajustados na contabilidade e reclassificados posteriormente, pelo que o valor a recuperar expectável, como preço de venda, é o registado na contabilidade.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

A empresa apenas capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor.

A taxa de capitalização utilizada no exercício foi a cobrada pelo Banco que corresponde à Euribor a três meses adicionado de um spread de 1,5. A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos começou no início do investimento;
- A capitalização terminou quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como

disponível para uso ou venda se encontrem substancialmente concluídas;

- Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de Perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes, por isso foi reconhecida na Demonstração de Resultados.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras foram inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, logo há uma obrigação presente resultante de um evento passado e, é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por Imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação, se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo ou, se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais.

Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

3.2 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4 – Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	7,152	17,273,058	17,274,354	5,856
Depósitos à ordem	1,647,664	218,365,506	218,892,980	1,120,190
Outros depósitos bancários	100,000	50,000	150,000	
Total de caixa e depósitos bancários	1,754,816	235,688,563	236,317,333	1,126,046

5.1 - Investimentos em subsidiárias e consolidação

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	País de constituição / sede social	Período 2012			Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	Período 2011			Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
		Interesse nas investidas	Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			Interesse nas investidas	Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Subsidiárias	Moldavieiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	791,410	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	702,754
	Soplansar - Soc. de Plásticos do Norte, SA	Portugal	79.90%	79.9%	AJ	9,454,500	Portugal	79.90%	79.9%	AJ	8,925,500
	OJI SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	4,367,690	Itália	99.0%	99.0%	MEP	4,250,545
	Nuno & Grazeço, SA	Portugal	99.07%	99.07%	MEP	401,170	Portugal	99.07%	99.07%	MEP	896,986
Total					15,014,770					14,775,785	

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2012	Período 2011
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	538,014	528,764
Conselho de Administração - Soplasnor, Soc. Plásticos do Norte SA		
Gerência - Moldav eiro - Moldes, Lda	85,284	76,637
Gerência - OLI SRL	117,100	123,600
Conselho de Administração - Nuno & Gradeço	24,403	27,566

6 – Divulgação Ativos Intangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	407,849	21,977	1,245,266	1,717,021	67,854	3,459,968
Amortizações acumuladas iniciais	352,991	21,578	1,225,283	340,550		1,940,401
Perdas por imparidade acumuladas iniciais						
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	54,858	400	19,983	1,376,472	67,854	1,519,566
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-42,191	-400	-13,784	-1,326,093	-67,854	-1,450,322
Total das adições			5,046			5,046
Aquisições			5,046			5,046
Total das diminuições	42,191	400	18,830	38,068		99,489
Amortizações	40,960	400	18,830	38,068		98,258
Abates	1,231					1,231
Transferências de AFI em curso					-67,854	-67,854
Outras transferências				-1,288,024		-1,288,024
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	12,667	0	6,199	50,379		69,245

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2011 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	407,849	14,837	1,242,425	1,696,103		3,361,214
Amortizações acumuladas iniciais	260,877	12,795	1,190,896	226,116		1,690,683
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	146,973	2,043	51,529	1,469,988		1,670,531
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-92,114	-1,643	-31,545	-93,516	67,854	-150,965
Total das adições			2,841	20,918	67,854	91,613
Aquisições			2,841	20,918	67,854	91,613
Total das diminuições	92,114	1,643	34,386	114,434		242,578
Amortizações	92,114	1,643	34,386	114,434		242,578
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	54,858	400	19,983	1,376,472	67,854	1,519,566

7 – Divulgação Ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6.723,810	14.376,695	31.437,869	1.551,687	2.484,002	1.846,167	1.304,160	50,000	59.774,389
Depreciações acumuladas iniciais		6.182,210	24.048,356	1.283,119	2.210,929	1.815,216			35.539,830
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6.723,810	8.194,484	7.389,513	268,568	273,072	30,951	1.304,160	50,000	24.234,559
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	104,867	1.461,808	502,602	-40,523	29,736	7,874	363,432	-50,000	2.379,795
Total das adições	104,867	1.784,444	953,564	126,528	97,164	30,245	2.573,671		5.670,482
Aquisições em 1.º mão		63,558	953,564	126,528		97,164	30,245		3.844,729
Outras	104,867	1.720,886					2.573,671		1.825,752
Total das diminuições		719,840	2.197,866	167,051	133,559	22,371			3.240,687
Depreciações		719,840	1.892,704	-6,314	40,049	22,371			2.668,649
Alienações			304,423	114,552	3,329				422,304
Abates			739	58,813	90,403				149,955
Outras					-221				-221
Transferências de AFT em curso		397,203	1,746,905		66,131		-1,997,644		212,596
Outras transferências							-212,596	-50,000	-262,596
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6.828,677	9.656,292	7.892,115	228,045	302,809	38,825	1.667,591		26.614,354

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2011 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	7.262,978	15.772,939	28.905,739	1.673,878	2.392,398	1.831,501	1.226,976		59.066,409
Depreciações acumuladas iniciais		5.973,845	22.254,979	1.350,593	2.108,108	1.755,304			33.442,829
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7.262,978	9.799,094	6.650,760	323,285	284,290	76,197	1.226,976		25.623,580
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-94,905	-707,465	900,362	-54,717	-11,217	-45,245	77,184	50,000	113,996
Total das adições		15,276	808,961	141,133	99,393	14,666	1.877,395	50,000	3.006,824
Aquisições em 1.º mão		15,276	808,961	140,925	99,393	14,666	1.877,395		2.956,616
Outras				208				50,000	50,208
Total das diminuições		722,965	1.694,051	206,170	110,610	59,912			2.793,709
Depreciações		722,965	1.631,769	104,265	104,978	59,912			2.623,889
Alienações			38,412	100,967	5,425				144,804
Abates			23,870	938					24,808
Outras					208				208
Transferências de AFT em curso		224	1,785,452	10,320			-1,800,211		-4,214
Outras transferências	-94,905								-94,905
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.168,073	9.091,629	7.551,122	268,568	273,073	30,952	1.304,160	50,000	25.737,576

Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2012 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Outros AFT	Total
	Não realizada	Realizada		
Valor do excedente de revalorização no início do período	145,074	17,019		7,627,062
Reforços				
Depreciações	-14,772	14,772		
Perdas por imparidade				
Alienações				
Abates				
Outras	1,829	-1,829		
Valor do excedente de revalorização no fim do período	132,132	29,961		7,627,062

8 – Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2012		Período 2011	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	
						Começo	Fim			
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Audi A6	73,402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	8,936	23,752	
	Leasing	VW Golf	19,767	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012		3,716	
	Leasing	Audi A4	33,329	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012		8,361	
	Leasing	VW Passat	30,846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013	2,580	10,341	
	Leasing	VW Passat	35,000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	19,901	28,250	
	Leasing	VW Sharan	39,500	CGD LEASING	CT100049547	20-05-2011	20-05-2015	24,127	33,442	
	Leasing	Prensa	281,500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	205,249	256,162	
	Leasing	VW Sharan	31,500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	22,447	29,632	
	Subtotais		544,843					283,240	393,656	
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	175,000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	21,374	56,654	
	Subtotais		175,000					21,374	56,654	
Ativos fixos tangíveis	Leasing	VW Golf	26,400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	10,544	17,005	
	Leasing	Eq. Industrial	170,000	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	36,360	92,250	
	Subtotais		196,400					46,904	109,255	
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	154,104	BNP PARIBAS	CT 31200166	07-06-2012	07-06-2017	112,263		
	Subtotais		154,104					112,263		
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Industrial	344,751	BPI	CT 10026263	05-08-2012	05-08-2017	344,751		
	Leasing	VW Passat	35,500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	20-12-2017	34,864		
	Subtotais		380,251					379,615		
Totais			1,450,598,32					843,396	559,565	

SOPLASNOR - SOC. PLÁSTICOS NORTE, SA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2012		Período 2011	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	
						Começo	Fim			
Ativos fixos tangíveis	Leasing 1	Empilhador	20,000	BSTOTTA	CT332708	15-01-2008	15-01-2013		4,497	
	Subtotais		20,000						4,497	
Ativos fixos tangíveis	Leasing 2	Eq. Indust.	480,000	CAIXA LEASING	CT1173476	20-07-2007	20-07-2012		59,235	
	Subtotais		480,000						59,235	
Totais			500,000						63,733	

OLI SRL

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2012		Período 2011	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	
						Começo	Fim			
Ativos fixos tangíveis	OLINT - Leasing 1	Edifício	4,724,547	LEASINT, SPA	CT 221888/00471490	07-02-2000	01-10-2012	340,064	497,842	
	Subtotais		4,724,547					340,064	497,842	
Total			4,724,547					340,064	497,842	

NUNO & GRADEÇO, SA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2012		Período 2011	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	
						Começo	Fim			
Ativos fixos tangíveis	Leasing 1	Viatura 62-DR-09	18,400	Banco BPI SA	2007102642	25-06-2007	25-06-2012		1,627	
	Subtotais		18,400						1,627	
Ativos fixos tangíveis	Leasing 2	Viatura 05-DS-16	14,200	Banco Espírito Santo	2035056	20-06-2007	20-06-2012		1,250	
	Subtotais		14,200						1,250	
Total			32,600						2,877	

Oliveira & Irmão, S.A.

9 – Custos de empréstimos obtidos

Os empréstimos genéricos do grupo encontram-se registados pelos valores seguintes:

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Overdraft	12		12	350,057		350,057
Programa de Papel Comercial	1,500,000	4,500,000	6,000,000	2,200,000	9,000,000	11,200,000
Médio e Longo Prazo	8,798,833	5,421,677	14,220,510	6,511,945	3,817,681	10,329,625
Leasing	236,376	607,020	843,396	744,400	351,648	1,096,048
Empréstimo - Empresa-mãe						
Desconto cheques pré-datados e letras	476,474		476,474	145,774		145,774
Depósitos à ordem	193		193			
Total	11,011,888	10,528,697	21,540,585	9,952,176	13,169,329	23,121,505

10 – Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Rubricas	31-12-2012			31-12-2011		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	4,019,057	310,999	3,708,058	2,892,958	237,380	2,655,578
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2,211,791	172,769	2,039,022	2,117,122	153,121	1,964,001
Produtos acabados e intermédios	3,461,770	216,416	3,245,354	4,689,879	241,416	4,448,463
Total	9,692,618	700,183	8,992,435	9,699,958	631,916	9,068,042

11- Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

EUR

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inv entários iniciais	4,035,562	2,274,518	6,310,080	2,452,896	2,321,806	4,774,702
Compras	4,235,934	19,842,676	24,078,610	7,745,128	19,352,517	27,097,645
Reclassificação e regularização de inv entários	76,587	36,190	112,777	86,094	29,436	115,530
Inv entários finais	3,838,598	2,392,250	6,230,847	4,035,563	2,274,517	6,310,079
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	4,356,311	19,688,754	24,045,065	6,076,367	19,370,370	25,446,737
Outra informação relativ a a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inv entários	73,619	19,648	93,267	38,087	36,844	74,931
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inv entários	310,999	115,407	426,406	45,407	95,759	141,166

12 – Outros rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	Total	
	2012	2011
Rendimentos suplementares	1,459,418	989,033
Descontos de pronto pagamento obtidos	11,270	14,350
Recuperação dívidas a receber	4,569	
Ganhos em inv entários	1,083	1,321
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	34,098	7,971
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	210,239	443,481
Outros	474,673	625,240
Juros obtidos	44,844	36,014
Outros rendimentos similares		1,041
Pessoal	2,240,193	2,118,452

13 – Subsídios do Governo e apoios do governo

Relação dos subsídios do Governo da empresa mãe, relevados nas demonstrações financeiras:

Descrição	Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Exploração	POPH - Potencial humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	02-01-2012	11-11-2013	8,546	36,442	44,987
	Prisonair - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2009	31-12-2011	7,996		7,996
	Dosing - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-09-2011	05-07-2013		60,815	60,815
	Subtotais							16,542	97,256	113,798
Reembolsável	ICEP	POE SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2,012,215		2,012,215
	Subtotais							2,012,215		2,012,215
Totais							2,028,757	97,256	2,126,013	

O Subsídio reembolsável continua a ser imputado a resultados numa base sistemática conforme os ativos a que está associado.

Da subsidiária Moldaveiro, temos a informação seguinte:

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS EUR

Descrição	Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Exploração	POPH - Potencial humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	26-05-2012	28-06-2013	8,243	1,186	9,429
Total							8,243	1,186	9,429	

14 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO EUR

Descrição	2012	2011
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	45,392	35,341
Diferenças de câmbio favoráveis	34,098	7,881
Líquidas e reconhecidas em capitais próprios no período		

15 – Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO EUR

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	618,415	1,154,674
Imposto corrente	408,807	624,664
Imposto diferido	-7,176	-79,073
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	401,630	545,589
Tributações autónomas	65,393	60,772

16 – Outros instrumentos de dívida

OLIVEIRA & IRMÃO

QUANTIA ESCRITURADA EM OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA EUR

Descrição		31.12.2012			31.12.2011		
		Valor Nominal	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nominal	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado	Contrato SWAP 1	-	-		5,000,000	3.60%	-90,285
	Contrato SWAP 2	2,500,000	3.75%	-22,705	2,500,000	3.75%	-82,732
	Contrato SWAP 4	-	-		1,500,000	4.53%	-24,431
	Contrato SWAP 6	5,000,000	5.15%	-188,129	5,000,000	5.15%	-357,609
Total		7,500,000		-210,834	14,000,000		-555,057

Oliveira & Irmão, S.A.

NUNO & GRADEÇO, SA
QUANTIA ESCRITURADA EM OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

EUR

Descrição		31.12.2012			31.12.2011		
		Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida	Contrato SWAP 1	-	-	-	-	-	-
	Contrato SWAP 2	-	-	-	250,000	4,09%	-35
Total					250,000		-35

17 – Instrumentos Financeiros
17.1 Divulgação de ativos deitados
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

EUR

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
Valor em 01-01-2012	14,200		14,200
Perdas por redução de justo v alor			
Ganhos por aumentos de justo v alor	551		551
Valor em 31-12-2012	14,751		14,751

17.2 Divulgação de valores de terceiros
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2012	31-12-2011
Cientes	13,249,928	13,164,865
Conta Corrente	10,122,210	9,442,023
Títulos a Receber	3,176,112	3,805,314
Cobrança Duvidosa	2,543,140	2,838,555
Perdas de Imparidade	-2,591,534	-2,921,028
Fornecedores	9,626,457	9,133,031
Outras contas a pagar	3,190,462	3,280,733
Pessoal	97,716	100,618
Fornecedores Investimentos	686,427	565,038
Credores por acrescimos de gastos- juros	89,776	86,752
Credores por acrescimos de gastos- seguros	16,770	8,618
Credores por acrescimos de gastos- juros		
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	1,588,970	1,510,045
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	413,462	425,594
Outros Credores	297,340	584,067
Outras contas a receber	633,307	1,124,490
Fornecedores	13,108	
Pessoal	25,389	18,696
Dev edores por Acréscimos de Rendimentos	232,679	256,597
Outros Dev edores	362,131	849,197
Total	26,700,155	26,703,118

17.3 Provisões do exercício

Descrição	Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Total
Quantia escriturada inicial		97,070	193,833	290,902
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)		6,298	-90,205	-83,907
Total de aumentos		57,368	9,795	67,163
Reforço		57,368	9,795	67,163
Total de diminuições		51,070	100,000	151,070
Uso			100,000	100,000
Reversão		51,070		51,070
Quantia escriturada final (3 = 1 + 2)		103,368	103,628	206,995

17.4 Divulgação de informação sobre o interesse conjunto da subsidiária Nuno & Gradeço SA

Descrição	Valor
Quantia bruta escriturada inicial	54,998
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)	54,998
Parte do investidor nos resultados da investida	4,299
Distribuições recebidas da investida	
Outros movimentos do período	-6,517
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	52,780

17.5 Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Capital próprio		
Capital	10,000,000	10,000,000
Prémios de emissão	4,653	4,653
Reservas legais	2,255,909	2,252,864
Outras reservas	6,320,771	5,068,854
Resultados transitados	-3,423,143	-2,876,518
Excedentes de reavaliação	7,627,062	7,627,062
Outras variações no capital próprio	153,177	179,179
Resultado Líquido do Exercício	268,742	823,357
Interesses minoritários	-463,322	-411,355
Total	22,743,849	22,668,097

18 - Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS

EUR

Descrição	Total	
	2012	2011
Impostos	115,961	125,649
Descontos de pronto pagamento concedidos	299,464	368,456
Dívidas Incobráveis	52,694	1,863
Perdas em Inventários	64,234	170,175
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros		
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	84,425	808,757
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	103,795	45,394
Doativos	25,399	45,413
Quotizações	11,294	10,844
Ofertas e amostras em Inventários	64,116	76,690
Insuficiência em estimativa de Impostos	159,124	58
Outros	382,527	383,370
Total Outros Gastos e Perdas	1,363,033	2,036,670

19 – Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS EUR

Rubricas	Total	
	2012	2011
Juros Suportados	1,852,847	1,996,912
Total Juros e Gastos Similares Suportados	1,852,847	1,996,912

20 – Divulgações exigidas por diplomas legais

20.1 Informação de garantias prestadas

GARANTIAS PRESTADAS EUR

Descrição	Beneficiário	Valor
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16,000
Millenium BCP	Tribunal de Trabalho de Águeda	10,326
Total		26,326

20.2 Informação de vendas por mercados

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	2012				2011			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
Portugal	1,520,600	3,554,995	7,525,671	12,601,266	370,000	6,211,138	7,634,824	14,215,962
Outros		1,074,397	35,540,881	36,615,278		940,070	36,821,623	37,761,693
Total	1,520,600	4,629,392	43,066,552	49,216,544	370,000	7,151,209	44,456,447	51,977,656

20.3 Informação relativa a Honorários faturados

Descrição	2012	2011
Revisão legal das contas	23,028	23,728
Serviços de garantia de fiabilidade		
Consultoria fiscal		
Outros serviços	300	
Totais	23,328	23,728

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

VIII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – contas consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas elaborado pela Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S. A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. Tendo em vista a observância do disposto no Decreto-Lei n.º. 158/2009 de 13 de Julho, procedemos ainda à análise das Certificações Legais das Contas elaboradas pelos Revisores Oficiais de Contas das sociedades incluídas na Consolidação e da Certificação Legal da Consolidação que nos foi facultada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da sociedade, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância se dão aqui como integralmente reproduzidos.
3. Em face do exposto acima somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

O Relatório de Gestão bem como as Contas Consolidadas apresentadas pela Administração.

Aveiro, 15 de Abril de 2013

O CONSELHO FISCAL

Dr. António Maria Antas Teles	-	PRESIDENTE
Eng.º José Luís Azevedo Cacho	-	VOGAL
Dr. Artur Armando Frederico Moreira (ROC n.º. 848)	-	VOGAL E ROC

IX. Certificação Legal de Contas – contas consolidadas

ARTUR A F MOREIRA

Sociedade de Revisor Oficial de Contas
Unipessoal Lda.
Inscrita na OROC sob o n.º 202
NIF 507707192

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da OLIVEIRA & IRMÃO, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 59.238.532 euros e um total de capital próprio de 22.743.849 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 268.772 euros), a Demonstração dos resultados consolidados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidados e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Artur A F Moreira, SROC, Unipessoal Lda.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da OLIVEIRA & IRMÃO, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Porto, 15 de Abril de 2013

Artur A. F. Moreira, SROC, Unipessoal Lda.
Inscrita na OROC sob o n.º 202
representada por:

Artur Armando Frederico Moreira
R. O. C. n.º 848

